



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DO CEARÁ, A SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO
SUPERIOR - SECITECE, A
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI
- URCA E A UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO CEARÁ - UECE (Processo
Administrativo nº 8503155-43.2018.8.06.0000)**

CV N.º 14/2018

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado TJCE, com endereço no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, bairro Cambeba, neste ato representado pela Exmo. Presidente, Des. Francisco Gladyson Pontes, a **SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR - SECITECE**, neste ato representada pelo Secretário, Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda, a **UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI, doravante denominada URCA**, neste ato representada por seu Magnífico Vice-Reitor, Francisco do O' de Lima Júnior, e a **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, doravante denominada UECE**, neste ato representada pelo seu Magnífico Reitor, José Jackson Coelho Sampaio, ambas as Universidades situadas no *Campus* Multi-institucional Humberto Teixeira, localizado na Rua Dário Rabelo, s/n - Santo Antônio - Iguatu/CE, resolvem firmar o presente Convênio fundamentado no art. 116 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Cláusula Primeira - Do Objetivo

Por meio do presente termo, a SECITECE, a URCA e a UECE pactuam com o Tribunal de Justiça do Ceará que o *Campus* Multi-institucional Humberto Teixeira servirá ao funcionamento da Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal - JECC, nos padrões exigidos pelo respectivo tribunal.

Cláusula Segunda - Das Obrigações da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior -



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SECITECE da Universidade Regional do Cariri - URCA e da Universidade Estadual do Ceará - UECE

a) promover a boa conservação do imóvel objeto deste convênio, realizando, inclusive, os consertos que se fizerem necessários no local, fazendo a manutenção da climatização, pintura, mobília, instalações elétricas, telefônicas e lógicas, portas, janelas, fechaduras, luminárias, extintores de incêndio, grades de proteção de ferro, placa indicativa do Juizado Especial, as suas expensas, de acordo com o projeto idealizado pelo **TJCE**, constante dos seguintes ambientes:

- 1) Sala de Secretaria com balcão de atendimento ao público;
- 2) Almoxarifado.
- 3) Sala de espera de audiência;
- 4) Gabinete de Juiz;
- 5) Sala da Defensoria Pública;
- 6) Sala da OAB;
- 7) Sala de Audiências de Instrução;
- 8) Sala de Audiências de Conciliação;
- 9) Sala do Ministério Público;
- 10) Arquivo;
- 11) Sala de Bens Apreendidos.

b) ceder, além das áreas mencionadas, vagas no estacionamento do *Campus* para uso exclusivo do Juiz, Promotor de Justiça, Defensor Público, e demais servidores da Unidade;

c) disponibilizar o uso dos banheiros masculinos, femininos e para portadores de deficiência existentes no prédio para os integrantes do Juizado Especial, bem como para os jurisdicionados;

d) arcar com as despesas de energia elétrica, água e esgoto, tributos do prédio sede da unidade do JECC, bem como fornecer água mineral e serviços de limpeza da referida área. Tudo, acoplado aos serviços, da mesma natureza, já existentes na instituição.

e) promover a segurança da área ora cedida, por meio da mesma vigilância empregada nas suas dependências (eletrônica);



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

f) somente ter por estagiários da Unidade do JECC acadêmicos dos Cursos de Direito da **SECITECE, -URCA-UECE** desde que preenchidos os requisitos legais para sua admissão pelo Núcleo de Estágio do TJCE.

g) garantir, semestralmente, a atuação de discentes do Curso de Direito da Universidade Regional do Cariri e do Curso de Direito da Universidade Estadual do Ceará, se houver, em número suficiente, que estejam cursando a disciplina de estágio de processo civil, para a realização do serviço de peticionamento relativo às peculiaridades da Lei nº 9.099/95, como forma de proporcionar aos alunos o devido treinamento das atividades profissionais dos operadores do direito, podendo ser aplicado, inclusive, nas dependências desta unidade do JECC, sob a supervisão das Universidades.

h) Liberar e/ou fornecer o canal de comunicação de internet para interligação do Juizado Especial de Iguatu com o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Caso a liberação desse canal de comunicação seja realizada através do Cinturão Digital, caberá ao TJCE a instalação dos equipamentos necessários para essa comunicação, como também o custo dos dados trafegados através desse canal (link de dados).

Cláusula Terceira – Das Obrigações do TJCE

a) destinar a área recebida em cessão, exclusivamente, para o funcionamento da Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal – JECC, sob a sua responsabilidade, atendendo à população de sua jurisdição em conformidade com o artigo 7º, parágrafo único da Lei nº 12.553, de 27 de dezembro de 1995;

b) oferecer a prestação jurisdicional em dois turnos para todos os tipos de atendimento realizados pelos JECCs, com protocolo local até as 18:00 horas;

c) assumir inteira responsabilidade por eventuais danos e prejuízos imputáveis ao TJCE ou a seus prepostos, em face do funcionamento da Unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, correndo quaisquer despesas advindas, à conta do orçamento do TJCE;

d) cuidar do espaço cedido, não podendo utilizá-lo senão de acordo com o presente convênio, sob pena de responder por perdas e danos;

e) arcar com as despesas de telefonia;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

f) disponibilizar computadores e demais periféricos de informática, e realizar a manutenção de tais equipamentos.

g) preferivelmente ter por estagiários na Unidade do JECC acadêmicos do Curso de Direito da Universidade Regional do Cariri – URCA e da Universidade Estadual do Ceará – UECE, desde que preenchidos os requisitos legais para sua admissão pelo Núcleo de Estágio do TJCE.

h) promover, em tempo hábil, a execução da obra de reforma do imóvel objeto deste convênio para instalação da Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal – JECC, sendo responsável por aprovar nos órgãos competentes todos os projetos necessários para a boa execução da obra.

i) providenciar o mobiliário, equipamentos de ar-condicionado, bebedouros necessários à eficácia da prestação jurisdicional.

Cláusula Quarta – Das proibições à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE, à Universidade Regional do Cariri – URCA e à Universidade Estadual do Ceará – UECE

É vedado :

a) permitir que seus funcionários ou prepostos adentrem, quando não autorizados pela autoridade competente, às áreas privativas do Juizado Especial, tais como Gabinete do Juiz, Sala do Promotor de Justiça, Secretaria do Juizado, Sala de Bens Apreendidos, etc.;

b) permitir que seus funcionários ou prepostos abram ou permaneçam nas dependências do Juizado Especial fora do horário de expediente forense, exceto para os serviços de zeladoria e manutenção, desde que sejam previamente autorizados pelo magistrado responsável pela unidade judiciária;

c) desempenhar, permitir, promover ou incentivar quaisquer atividades que impeçam ou prejudiquem o bom funcionamento do Juizado Especial Cível e Criminal – JECC no espaço disponibilizado.

Cláusula Quinta – Das Proibições ao TJCE

É vedado:



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

a) permitir, sob qualquer título, a utilização do espaço ou parte dele, por terceiros, mesmo em se tratando de entidade pública;

b) transferir ou ceder, sob qualquer forma, o objeto do presente convênio, a quem quer que seja, salvo se por acordo das partes formalmente celebrado.

c) encerrar as atividades ou modificar horários de funcionamento forense do Juizado Especial sem prévia comunicação à SECITECE, à URCA e à UECE.

Cláusula Sexta – Do Prazo do Convênio

O presente instrumento terá vigência por 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser rescindido a qualquer tempo, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

Cláusula Sétima – Das Alterações

As partes, de comum acordo, quando as exigências dos serviços judiciais assim recomendarem, poderão modificar as cláusulas do presente termo, desde que a modificação opere-se em prol da melhoria das condições de funcionamento das atividades desenvolvidas pela Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal.

Parágrafo Único – Todas as benfeitorias realizadas no imóvel objeto deste Termo, seja pelo TJCE, seja pela SECITECE/URCA/UECE, ficarão incorporadas ao imóvel cedido.

Cláusula Oitava – Dos Casos Omissos

Os casos omissos e os que tornarem controvertidos serão decididos por decisão conjunta dos representantes legais da SECITECE, da URCA e da UECE e do Presidente do TJCE, no prazo de 10 (dez) dias da ciência de uma parte pela outra.

Parágrafo Único – Caso a solução da omissão ou controvérsia implique em alteração do presente convênio, será feito através de aditivo acordado pelas partes.

Cláusula Nona – Da Denúncia



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O presente instrumento poderá ser denunciado por conveniência do **TJCE**, bem como por conveniência da **SECITECE** e das Universidades **URCA** e **UECE**, por desobediência das partes de qualquer de suas cláusulas ou condições, por interesse comum das partes, ou pela superveniência de norma legal que o torne material ou formalmente impraticável, ou, ainda, pelo vencimento do prazo do uso para o qual o imóvel foi concedido.

Cláusula Décima – Do Foro

Fica eleito o foro da cidade de Fortaleza como competente para dirimir qualquer questão proveniente deste convênio, eventualmente não resolvida no âmbito administrativo.

E por estarem em pleno acordo, assinam o presente Convênio em 04 (quatro) vias, na presença das testemunhas, que também o subscrevem, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.

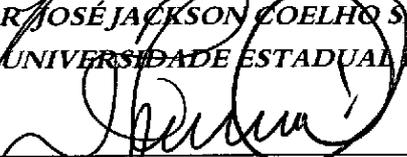
Fortaleza/CE, 02 de abril de 2018.



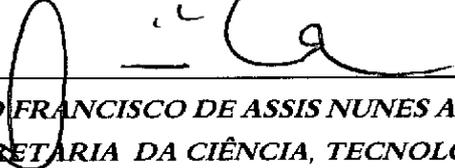
DES. FRANCISCÓ GLADYSON PONTES
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ



DR. JOSÉ JACKSON COELHO SAMPAIO
REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE



DR. FRANCISCO DO O' DE LIMA JÚNIOR
VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA



DR. INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA
SECRETÁRIO DA SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO
SUPERIOR (SECITECE)

TESTEMUNHAS: _____